

ESTUDO SOBRE A PROFICIÊNCIA LINGÜÍSTICA DO INTÉRPRETE DE LIBRAS

Maria Cristina Pires Pereira (Unisinos)

Cátia de Azevedo Fronza (Unisinos)

fronza@sf.conex.net

No Brasil, a língua de sinais brasileira (LSB), mais comumente chamada de Libras, foi regulamentada pelo Decreto Federal nº 5.626/2005 e em seu reconhecimento lingüístico e legal existe a menção, inclusive, ao lançamento de um teste de proficiência lingüística. Esta testagem tornou-se realidade com o lançamento do Exame Nacional de Certificação de Proficiência em Língua Brasileira de Sinais (Libras) e Exame Nacional de Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa, o Prolibras, em 2006, pelo Ministério da educação (MEC).

No entanto, antes mesmo do Prolibras, já existiam entrevistas e bancas de seleção para a entrada em cursos de preparação para intérpretes de língua de sinais (ILS) que explícita ou implicitamente também se dispunham a verificar a proficiência lingüística em Libras. A questão é: qual a concepção de competência lingüística, em seu aspecto mais abrangente, que transparece nos testes de proficiência lingüística de Libras? E, de que forma, está sendo feita esta testagem?

A realidade é que, mesmo tendo passado por exames ditos de proficiência, persiste a falta de confiabilidade nos ILS. Poucas pessoas têm autoridade suficiente para determinar quem é proficiente ou não em língua de sinais. A precariedade de domínio da língua de sinais de muitos intérpretes tem várias conseqüências infelizes: descrédito nos serviços de interpretação; construção de uma imagem não-profissional dos intérpretes; desvalorização da própria língua de sinais e descontinuidade no desenvolvimento da competência tradutória. Devemos ter em mente que é imprescindível para o tradutor e intérprete ter uma ótima proficiência bilíngüe, mas que nem toda pessoa considerada bilíngüe possui competência tradutória, como bem alerta Hurtado Albir (2005, p. 19):

Embora qualquer falante bilíngüe possua competência comunicativa nas línguas que domina, nem todo bilíngüe possui competência tradutó-

ria. A competência tradutória é um conhecimento especializado, integrado por um conjunto de conhecimentos e habilidades, que singulariza o tradutor e o diferencia de outros falantes bilíngües não tradutores.

Assim, se não estamos atestando, de uma forma eficiente, a proficiência dos ILS em Libras, o que acontecerá com as habilidades que dependem desta para se desenvolverem?

Pessoas, tidas como proficientes, ou simplesmente fluentes, são classificadas assim por meio de quais critérios, explícitos, e de quais práticas avaliativas?

A proficiência lingüística dos intérpretes de língua de sinais parte da área da Lingüística Aplicada e faz interfaces com os Estudos Surdos⁵, pois os ILS trabalham diretamente com as pessoas surdas, e com os Estudos da Tradução, que fundamentam o exercício dos ILS, embora a Tradutologia seja muitas vezes esquecida nos cursos de formação de intérpretes. O estudo da Libras, como segunda língua, carece de investigações que dêem suporte às práticas pedagógicas de ensino-aprendizagem da língua de sinais para pessoas ouvintes, seja para o bilingüismo corrente dos profissionais, familiares e interessados na área da surdez, seja para o bilingüismo profissional na figura dos ILS.

PROFICIÊNCIA LINGÜÍSTICA

A questão da proficiência lingüística, começou a ter um destaque maior com Hymes (1972) em que propõe a denominação de *competência comunicativa* para o conhecimento consciente e para um conjunto de habilidades para o uso da língua. Neste aspecto, Hymes ultrapassa a distinção de Chomsky entre competência e desempenho lingüísticos, pois para ele “existem regras de uso [da língua] sem os quais as regras de gramática seriam inúteis (*op. cit.*, p. 60)”.

⁵ De acordo com Skliar (1998), os Estudos Surdos podem ser definidos como uma área de pesquisas e de encaminhamentos políticos que, através de um conjunto de concepções lingüísticas, culturais, comunitárias e de identidades, redefine os discursos sobre as pessoas surdas com uma visão não-clínica, mas sim sócio-cultural e antropológica da surdez. As questões teóricas destes estudos estão concentradas nas comunidades surdas, nas escolas, nos intérpretes de língua de sinais e na formação de professores ouvintes de surdos e de professores surdos.

Apesar de bem aceito, principalmente por professores de língua estrangeira, o conceito de competência comunicativa não foi, na época, suficientemente desenvolvido quanto ao seu marco teórico. Para suprir esta lacuna, outros modelos surgiram e o mais difundido foi o de Canale e Swain (1980), mais tarde, aperfeiçoado por Canale (1983), que possui as seguintes competências subjacentes:

Competência gramatical: conhecimento das regras de uma língua e a habilidade de utilizá-las.

Competência Sociolingüística: é a produção e a compreensão das expressões nos diversos contextos, levando em conta a situação dos participantes, as intenções, as normas de intercâmbio lingüístico daquela comunidade, etc.

Competência Discursiva: trata, especificamente, dos gêneros textuais que são correntes em um grupo social e a habilidade de manipulá-los para combinar as formas gramaticais e seus significados.

Competência Estratégica: é a habilidade de, intencionalmente, modificar a forma da linguagem que estamos utilizando para: 1. suprir deficiências na comunicação devidas a limitações da comunicação ou 2. aumentar a eficácia da comunicação.

Se, a partir de Hymes, a competência passa a ter um valor mais do que gramatical, a partir dos estudos da enunciação e na semiolingüística surge a importância dos sujeitos localizados no ato de linguagem. Para a semiolingüística um ato de linguagem não é a soma das competências para a linguagem de duas pessoas ou mais pessoas, mas sim que cada encontro constitui-se em um evento único em que as competências para a linguagem somam-se, complementam-se e adaptam-se umas às outras.

É possível captar, de toda a evolução do conceito de proficiência lingüística, que houveram ênfases em aspectos diferenciados das competências para a linguagem. Primeiramente, com Chomsky (1965) o foco foi a *estrutura interna da gramática*; em seguida, com Hymes (1972), Canale e Swain (1980) e Canale (1983) abre-se a possibilidade de considerar o *uso e a situação contextual* e, por fim, com Chareaudeau o *sujeito da linguagem*, antes não cogitado, é considerado no modelo.

Resumindo, podemos concluir que a proficiência lingüística não é algo de fácil definição e me parece que muitos estudos ainda devem ser empreendidos para que se possa ter um entendimento mais consensual sobre suas características. Até agora, de uma forma simplificada, posso dizer que a proficiência lingüística abrange um conjunto de competências que representam os aspectos motores e temporais da fluência, o conhecimento metalingüístico e gramatical e o uso apropriado desse conhecimento, com outros falantes, em contexto sociocultural.

Considerando que os ILS lidam, prioritariamente, como intermediadores entre sujeitos surdos e ouvintes, e essa intermediação pressupõe interação, ou seja, uso e contexto, as testagens lingüísticas, atualmente baseadas quase que exclusivamente em aspectos gramaticais, teriam um acréscimo em sua qualidade se o fator interacional fosse igualmente considerado.

A VISÃO DE PROFICIÊNCIA DOS TESTES ANALISADOS

Os testes que utilizamos para (rastrear, pesquisar...) a concepção de proficiência lingüística em Libras foram: os de admissão a cursos de preparação de ILS pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, regional Rio Grande do Sul (Feneis-RS, 1997 e 2000); o Prolibras (MEC, 2006) e o *Sign Communication Proficiency Interview* – SCPI (EUA, desde a década de 80).

FENEIS, EM PARCERIA COM UFRGS (1997)

Testagem realizada em 1997 para a seleção de candidatas ao curso de interpretação de língua de sinais da Feneis e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Nenhum material escrito sobre esse teste foi encontrado, portanto, desconhecemos os critérios que foram utilizados para a aprovação dos candidatos. O único material disponível foi uma fita de vídeo em que se pode, apenas, observar os procedimentos, mas pouco ou quase nada se consegue inferir sobre o seu processo de elaboração e critérios avaliativos.

FENEIS, EM PARCERIA COM O FAT (2000)

O curso de 2000 foi uma parceria entre o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e Feneis-RS e não foi possível localizar nenhum registro escrito ou filmado da seleção. Os únicos dados disponíveis foram conseguidos através do depoimento de uma das autoras deste texto, Maria Cristina Pires Pereira, que participou da seleção e de uma entrevista, via correio eletrônico, de um dos avaliadores, que chamaremos de Info-Ibar.

A entrevista ou banca de seleção, tinha as três fases, relata Maria Cristina:

1. Na primeira etapa, um instrutor surdo começou a conversa, em Libras, com algumas perguntas-padrão: qual o meu nome, qual o meu sinal, onde eu trabalhava e por que eu queria ser intérprete e terminou com um tópico atual, uma notícia em voga.
2. Na segunda etapa, uma instrutora surda narrou sua viagem até as Missões, com detalhes de transporte, das pessoas que a acompanharam e eu interpretei a narrativa para o Português.
3. Finalmente, o ILS experiente leu um artigo de jornal sobre os perigos dos fogos de artifício e fez a interpretação da língua portuguesa escrita para a Libras. O texto, originário da cidade de Novo Hamburgo, que conta com muitos habitantes de origem européia, tinha vários nomes em alemão, tornando a interpretação para a Libras e, conseqüentemente, a soletração manual, algo difícil, às vezes, impossível, sem o conhecimento prévio da grafia alemã.

A única fase que pressupõe uma avaliação da proficiência lingüística em Libras é a primeira, a conversação. Nas duas fases posteriores, o que acontece, na verdade, é a verificação da competência tradutória entre a Libras e a Língua Portuguesa e vice-versa.

O depoimento de Info-Ibar também sustenta a hipótese de que os critérios não estavam devidamente claros e acordados para os avaliadores:

4. PERGUNTA: Como eram avaliados os candidatos? Quais os critérios utilizados? Era considerado apto o candidato que preenchesse quais condições?
5. RESPOSTA: MUITO COMPLICADO...mas estava claro para a equipe/banca toda: as expressões faciais eram importantes, o jogo do corpo, os sinais em si...enfim, a média dos itens acima teria que sair uma interpretação (pelo mínimo), razoável...O suficiente para o padrão mais

simples possível...já que alguns não eram da capital...vinham do interior e haviam sinais diferentes dos nossos. Respeitávamos isso.

Um fato a ser lembrado é que este foi um dos primeiros, se não o primeiro, teste para seleção de ILS no Brasil e que sua construção foi fortemente influenciada por avaliações do RID, que avaliavam *proficiência tradutória, em interpretação interlingüística*, e não especificamente em ASL (*American Sign Language*). Nosso objetivo não é criticar como o processo foi feito, mas sim, compreender e mapear a evolução dos testes de seleção de ILS. Embora os critérios não estivessem explicitamente definidos, alguns parâmetros lingüísticos específicos de uma língua de sinais, tais como a expressão facial e a orientação do corpo (que marca os referentes), já eram levados em consideração. Também a sensibilidade às diversas variedades lingüísticas e o respeito à sinalização diferente daquela praticada em Porto Alegre, cidade onde foram realizadas as entrevistas, é demonstrada no trecho, “*já que alguns não eram da capital...vinham do interior e haviam sinais diferentes dos nossos. Respeitávamos isso*”.

PROLIBRAS

A certificação de proficiência em Libras, promovida pelo MEC, em seu edital (Prolibras, 2006) estabelece como objetivo avaliar dois aspectos: “a competência lingüística (fluência em Libras) e a competência metodológica para o ensino da Libras (PROLIBRAS, 2006)”.

A análise deste exame de proficiência foi baseada nos documentos publicados na página de Internet da Comissão Permanente do Vestibular - COPERVE⁶ no depoimento de uma pessoa ouvinte que passou pelo Prolibras, identificada como Info-Ouv.

A prova objetiva foi a mesma, tanto para proficiência em Libras quanto para proficiência em Tradução e Interpretação de Libras. A prova prática teve a duração, máxima, de quinze minutos e consis-

⁶ Prolibras - Proficiência em LIBRAS, Universidade Federal de Santa Catarina, Ministério da Educação. Acessível em www.prolibras.ufsc.br

tiu de uma *aula expositiva em Libras*, valendo dez pontos, assim distribuídos:

PROVA PRÁTICA DE PROFICIÊNCIA EM LIBRAS	NOTA MÁXIMA
Fluência	4
Plano de aula	1
Contextualização	2
Utilização adequada do tempo de aula	1
Domínio do conteúdo	2

Proficiência lingüística, nesta visão, consistiria, por peso maior, de fluência, contextualização e domínio do conteúdo, plano de aula (!) e de utilização adequada do tempo de aula.

Para os participantes da prova prática, os temas forma distribuídos, de acordo com a ordem de classificação em cada categoria e nível:

Nível médio: sinais soletrados e o uso da datilologia e características das pessoas, animais e coisas; nomes das localizações e o advérbio de lugar: onde; conceitos das localizações; figuras geométricas com números e letras; sinais relacionados aos ambientes de estudos; grau de escolaridade.

Nível Superior: comparativos; tipos de verbo; numerais: valores monetários; classificadores predicativos; tipos de negação; tipos de expressões faciais.

Por meio de uma pessoa informante, Info-Ouv, teremos uma visão da perspectiva de um participante do exame:

6. *“(...) A prova prática me surpreendeu bastante. O edital expunha critérios de avaliação que não eram/seriam claramente analisados com a realização de uma prova daquele estilo (planejamento, recursos, etc.).*

7. *(...) Quais critérios a partir de então? Ninguém sabe”.*

O depoimento anterior é muito revelador, pois nos mostra como Info-Ouv estava sem saber exatamente como seria sua avaliação. Quando diz *“Quais critérios a partir de então? Ninguém sabe”* demonstra que não houve uma explicitação, por parte da organização do exame, em esclarecer sobre como seriam avaliados os candidatos.

Perguntamos à COPERVE/UFSC quais foram os critérios utilizados no Prolibras e quais as medidas de avaliação que os avaliadores utilizaram para pontuar e, recebemos, por correio eletrônico, a resposta: “*Conforme consta no Edital*”. Como já havíamos examinado o Edital, não obtivemos, com esta resposta, nenhuma informação adicional.

O Prolibras, nesta perspectiva, nos parece mais com um exame de registro profissional que contém, supostamente, um teste de proficiência, mas não é uma teste de proficiência! pois se assemelha muito a uma avaliação pedagógica, utilizada em alguns concursos para seleção de professores e não a uma avaliação de proficiência lingüística.

A PROFICIÊNCIA LINGÜÍSTICA VISTA PELOS POTENCIAIS AVALIADORES

Quais seriam os critérios que os potenciais avaliadores utilizam, mesmo que, até agora, de uma forma intuitiva? Era preciso mapear estes critérios para um posterior estudo e sistematização dos mesmos. Com este propósito e visando obter maior entendimento dos conceitos de fluência e proficiência, encontrei o artigo *Fluency in American Sign Language*, de Linda Lupton (1998), a partir do qual realizei um experimento, cujos detalhes serão informados no parágrafo seguinte. A autora do artigo filmou alguns surdos que utilizavam a língua de sinais como sua língua principal e apresentou a filmagem para ser avaliada por um grupo de surdos profundos a fim de que estes julgassem o grau de “fluência” dos primeiros.

Amostra: Os seis participantes⁷ foram filmados, em dúades, em situação conversacional livre, em que o tema proposto para ser o desencadeador da conversa foi alguma situação risco ou perigo vivenciada por eles. Foi feita uma sessão com cada dupla, em dias diferentes, com duração média de 10 minutos, com o foco da câmera em ambos os participantes. As condições para participar do experimento foram ser intérpretes de língua de sinais, ouvintes, adultos,

⁷ Resultados parciais, pois a análise dos dados continua em curso.

que estivessem em admissão ou cursando a formação específica para tradução/interpretação de língua de sinais.

Participantes: potenciais avaliadores de bancas de admissão a cursos de interpretação de língua de sinais, ou seja, intérpretes experientes e pessoas surdas instrutoras/professoras de Libras.

Método: um parecer, sinalizado ou escrito, sobre os elementos que estavam presentes na sinalização desses ILS que demonstravam se eles estavam prontos para iniciar a sua formação. Também houve a opção dos potenciais avaliadores julgarem que o desempenho dos ILS filmados não estava compatível com o nível considerado adequado para uma pessoa começar a carreira de ILS.

Resultados

Cabe ressaltar que a variedade utilizada é a da Libras da Grande Porto Alegre, Rio Grande do Sul, pois todos os intérpretes pertencem a esta região.

Os vídeos das conversas foram exibidos aos potenciais avaliadores que, a cada dupla filmada assistida, eram questionados sobre os fatores que constavam na sinalização que demonstravam que aqueles candidatos estavam com um nível adequado, ou não, de Libras para seguirem sua formação como ILS. As respostas puderam ser registradas em vídeo ou escritas, de acordo com a vontade dos potenciais avaliadores.

Até o momento, de 4 pessoas que foram entrevistadas, sendo 1 instrutora/professora surda, 2 instrutores/professores surdos e 2 mulheres ILS. Todos os potenciais avaliadores possuem nível superior em curso ou concluído, sendo que três deles concluíram o mestrado ou o estão cursando.

Os potenciais avaliadores apontaram como aspectos que demonstram proficiência em Libras: fluência na sinalização; entonação expressa por meio da expressão facial; sinalização clara, com atenção aos parâmetros bem executados; utilização de classificadores e expressão facial condizente com a narrativa. Os fatores negativos, em uma sinalização, que contam como depreciativos e indicadores de uma baixa proficiência lingüística são: a execução de parâmetros da Libras repetidas vezes (repetição demasiada); falta de expressão

facial; pouca utilização de classificadores; configuração de mão pouco nítida e frouxa; utilização da estrutura do Português (aproximação do português sinalizado) e falta de referência ou não se mantêm os referentes.

Os depoimentos dos potenciais avaliadores devem ainda ser analisados sob o prisma lingüístico, destacando cada aspecto citado e sua recorrência e importância, não só gramatical, mas também sociolingüística. É preciso considerar por exemplo, quais os itens lingüísticos mais valorizados, os que mais ocorrem, se são aspectos gerais ou específicos das línguas de sinais, entre outros. Esses dados serão sistematizados no decorrer da pesquisa, podendo ser a base de possíveis critérios para um futuro teste de proficiência lingüística.

REFLEXÕES

Os testes de proficiência analisados e os pareceres dos potenciais avaliadores deixam transparecer diversas concepções de proficiência lingüística em Libras requerida para um ILS. Muitas vezes esta idéia do que seja um nível adequado para começar a carreira como ILS corresponde a uma idealização com base em critérios puramente gramaticais.

Os testes realizados pela Feneis/RS eram de caráter emergencial e experimental. O Prolibras é, na verdade, uma certificação profissional para os instrutores de e intérpretes de Libras, que pretendeu incorporar um teste de proficiência lingüística. As profissões relacionadas à Libras carregam o estereótipo de serem consideradas não como profissões, mas sim missões de caridade e assistência social às pessoas surdas. As línguas de sinais são consideradas línguas de “deficientes”, línguas “ferramenta” para o aprendizado da língua oral, têm, portanto, um menor prestígio frente às línguas orais e, conseqüentemente, têm que ter alguma utilidade. No caso do Prolibras, além do suposto teste de proficiência lingüística, a Libras teve que se justificar para o ensino ou para a interpretação. Testar a proficiência da língua em si e por si não foi contemplado. A visão de que a Libras deve “servir para algum propósito” aparece, mesmo que a intenção inicial e consciente dos organizadores não fosse essa.

As testagens da Feneis e o Prolibras se concentram nos ILS, mas não temos uma visão de como os elaboradores, aplicadores (ou entrevistadores) e avaliadores são escolhidos, recebem formação ou, até mesmo, como suas habilidades em testagem são avaliadas. Afinal, quem e como se avalia os avaliadores?

Em muitos testes, o método utilizado pede que o candidato faça interpretações da Libras para a língua portuguesa e vice-versa. Pensamos que este tipo de procedimento seria justificável no caso de avaliações finais dos cursos de formação de interpretação de língua de sinais, mas não na sua admissão. Subentende-se que os candidatos vão aprender a interpretar no decorrer do curso e que, para começar o seu aprendizado, seria necessária uma rigorosa avaliação de sua proficiência lingüística e não tradutória.

Consideramos que a testagem de proficiência lingüística de língua de sinais, no Brasil, possui um caráter hermético, reservado aos iniciados, de sigilo quanto a todo o processo que originou o Prolibras. Este mistério não auxilia na evolução da testagem lingüística, os mais afamados testes de proficiência são transparentes na maioria de seus quesitos, como: CELPE-BRAS, Cambridge, TOEFL e outros mais.

A própria noção do que testar e como testar teria um acréscimo em sua qualidade pelo intercâmbio entre os pesquisadores e por meio de discussões sobre as possibilidades de testagem e do que se entende por proficiência lingüística.

No geral, em nosso país, a elaboração e os resultados dos testes de proficiência deveriam ser um trabalho mais acessível ao escrutínio dos pesquisadores. Assim, além de colaborar na divulgação do conhecimento lingüístico e social sobre os aspectos da testagem que são tão importantes na vida dos candidatos (levando-os a um novo patamar profissional), também possibilitaria a chance de que mais colaboradores pudessem compartilhar e agregar saberes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

CANALE, M.; SWAIN, M. Theoretical bases of communicative approaches to second language teaching and testing. *Applied Linguistics*, vol. 1, n. 1, p. 1-47, 1980.

———. From Communicative competence to communicative language pedagogy. In: RICHARDS, J.; SCHMIDT, R. (orgs.). *Language and Communication*. Londres: Longman, 1983.

CHARAUDEAU, Patrick. *Language et discours*. Paris, Hachette, 1984.

———. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.

CHOMSKY, N. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge: MIT Press, 1965.

HURTADO ALBIR, Amparo. *A Aquisição da Competência Tradutória: aspectos teóricos e didáticos*. In: PAGANO, Adriana; MAGALHÃES, Célia; ALVES, Fábio (orgs.). *Competência em Tradução: cognição e discurso*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

HYMES, D. On Communicative Competence. In: PRIDE, J. B.; HOLMES, J. (eds.), *Sociolinguistics*. Harmondsworth: Penguin, 1972. p.269-93.

PROLIBRAS. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Comissão Permanente do Vestibular - COPERVE. EDITAL 13: inscrições ao Exame Nacional de Certificação de Proficiência em Língua Brasileira de Sinais – Libras e ao Exame Nacional de Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa, denominado Prolibras, 2006.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. *Educação de Surdos: a caminho do bilingüismo*. Niterói: EdUFF, 1999.

SKLIAR, Carlos (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998, 192 p.